

ORÇAMENTO PÚBLICO E UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE GASTO PÚBLICO E QUALIDADE DE ENSINO

João Cubas Martins¹
William Leal Colaço Fernandes²
Sergio Adelar Brun³

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar indicadores presentes nos relatórios de gestão elaborados pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com base nas orientações do Tribunal de Contas da União (TCU). Para tanto, são expostos conceitos do controle na administração pública em conjunto com alguns indicadores, como Taxa de Sucesso na Graduação, Aluno Equivalente e Custos Correntes, que são relevantes para a análise. A relação entre estes indicadores e o orçamento da Universidade pode evidenciar a efetividade da aplicação deste orçamento e também da expansão da instituição, por meio da análise dos novos ingressantes entre os anos de 2013 e 2016. A análise documental, acrescida da bibliografia e da entrevista com o Gestor da Pró-Reitoria responsável pelo Relatório de Gestão da UFPR poderá ensejar novas discussões sobre os gastos da Universidade, uma vez que a perspectiva dos cortes orçamentários para o futuro é maior que o já praticado no momento. Verificou-se que a expansão da Universidade ainda não se refletiu totalmente no orçamento, uma vez que os novos ingressantes ainda não concluíram seus cursos no período analisado. Mesmo assim, já há uma diferença entre o percentual de integrantes e o de incremento do orçamento, sendo que o incremento orçamentário é 10 vezes menor que o aumento do número de alunos.

Palavras-chave: Relatório de gestão. Universidade. Indicadores de desempenho. Orçamento público.

¹ Mestre em Administração Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, (UTFPR), Curitiba, PR. E-mail: joaocubas@ufpr.br

² Mestre em Administração Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, (UTFPR), Curitiba, PR. E-mail: william.leal@ufpr.br

³ Doutor em Administração (UFSC). Professor Adjunto III na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Medianeira, PR. E-mail: sergiobrun@utfpr.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Os relatórios de gestão são importantes ferramentas para verificação do desempenho das instituições públicas, em especial, das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Com esses relatórios, é possível verificar se a evolução do investimento reflete na qualidade do ensino e no envolvimento dos alunos com as atividades do ensino de graduação na universidade, por meio da Taxa de Sucesso da Graduação (TSG). Essa taxa é utilizada para demonstrar o número de alunos que concluem o curso no tempo de duração prevista e, com isso, acaba refletindo diretamente na qualidade e nos investimentos em assistência, bolsas moradia e restaurantes universitários, por parte da instituição (SANTOS et al., 2017). A publicação dos relatórios de gestão confere maior transparência e efetividade nos gastos públicos. Como o financiamento das universidades é feito quase que exclusivamente pelo governo federal, entender como funciona e comparar com instituições congêneres é um importante recurso que pode ser empregado pelos gestores da área.

Com base na consulta dos relatórios de gestão do período de 2013 a 2016, é verificada a efetividade dos custos, relacionando a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), com o custo por aluno durante esses anos. A análise dos dados indica se a evolução do investimento reflete em melhores rendimentos dos alunos na graduação. Assim, o objetivo deste estudo é verificar a efetividade dos custos e Taxa de Sucesso na Graduação, em relação aos custos correntes da universidade, buscando avaliar se a evolução do investimento reflete em melhores rendimentos dos alunos na graduação.

Para tanto, são utilizados para tal análise os relatórios de gestão e a literatura sobre gestão universitária do orçamento público, com o intuito de corroborar (ou não) com a metodologia utilizada pelas IFES e, em especial, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Além da consulta a estudos anteriores sobre o tema (legislação e relatórios de gestão) é realizada uma entrevista com um dos servidores da unidade responsável pela elaboração dos relatórios de gestão na UFPR. O período escolhido corresponde aos dados mais recentes disponíveis, o que pode ser um indicador de eficiência da gestão sob o recorte apresentado. A oportunidade deste estudo resulta da transparência dos dados apresentados nos relatórios de gestão que são realizados por todas as IFES.

A estrutura desse artigo é dividida em quatro partes. Primeiramente são apresentados alguns conceitos relacionados à gestão orçamentária nas universidades públicas brasileiras. Posteriormente são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados, são eles, a pesquisa e análise documental e bibliográfica e entrevista

não-estruturada. Após isso, é apresentado uma análise de relatórios e indicadores referentes ao orçamento investido na instituição em estudo, no caso a Universidade Federal do Paraná. E, por fim, são apresentados os resultados e análises referentes ao objetivo de estudo.

2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o ensino é totalmente gratuito e, apenas 3,5% do orçamento global dessas instituições são constituídos por recursos diretamente arrecadados (SCHWARTZMA, 2006). A maior parte do financiamento “provém do Fundo Público Federal, que reúne os recursos financeiros arrecadados da população mediante tributos, impostos, taxas e contribuições” (AMARAL, apud NEVES, 2012, p. 4). Além disso, as IFES se submetem ao controle do Tribunal de Contas da União (TCU). Trata-se do maior grupo observável de um padrão, que conta atualmente com 62 instituições. Estas exigências constituem o controle mais delicado do orçamento da universidade, o que requer dos gestores um cuidado redobrado com a prestações de contas.

Com a carência crescente de recursos orçamentários que são destinados às universidades públicas, torna-se “cada vez mais evidente a necessidade de tornar os instrumentos de controle, como o orçamento anual e sua alocação aos departamentos, mais descentralizados, transparentes, flexíveis e de corresponsabilização, melhorando a performance das atividades primárias de ensino, pesquisa e extensão” (PIRES et al., 2010, p. 240).

De acordo com Palvarini (2014), o desempenho pode ser compreendido como esforços empreendidos na direção de resultados a serem alcançados. Para tanto, apresenta um modelo da cadeia de valor e 6'Es' do Desempenho. Com as dimensões do esforço (com Economicidade, Excelência e Execução), alcança-se um resultado (com Eficiência, Eficácia e Efetividade). O desempenho ótimo seria aquele que é efetivo, eficaz, eficiente, excelente, econômico e cuja execução de ações ocorre em conformidade com requisitos e prazos definidos, tornando-se assim, excelente.

Outro aspecto importante a ser analisado nos relatórios é o retorno dos investimentos feitos pelo Governo Federal. Palvarini (2014), afirma que a medição de desempenho na gestão pública está entre os principais instrumentos para subsidiar os gestores e os dirigentes em suas decisões e escolhas.

Atualmente, há a exigência cada vez maior em aperfeiçoar os níveis de esforços e resultados das organizações, bem como gerar e fortalecer os mecanismos de transparência e responsabilização para os cidadãos e partes interessadas, sendo estes os fundamentos para impulsionar o desenvolvimento e implementação de indicadores de desempenho nas instituições públicas (PALVARINI, 2014, p. 28).

Um índice que pode ser comparado com o investimento é a Taxa de Sucesso da Graduação (TSG). Segundo a Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE, 2017), dos indicadores existentes, a TSG é o que melhor explicita problemas ou dificuldades no processo de formação na universidade, além de desempenhar um importante papel na construção da Matriz Orçamentária. O TSG é calculado pela razão entre os alunos diplomados e os ingressantes, ou seja, em relação ao número de alunos que ingressam e quantos conseguiram finalizar o curso. A partir dos resultados da TSG pode-se verificar problemas como evasão ou retenção nos cursos.

Quadro 1 – Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

Número de diplomados

—————
Número total de alunos ingressantes

Fonte: UFRPE (2017)

De acordo com o Ministério da Educação (MEC, 2005), o aluno equivalente é o principal indicador utilizado para fins de análise dos custos de manutenção das IFES. No cálculo do índice de aluno equivalente, são atribuídos pesos conforme as características dos cursos (período integral ou não), suas durações totais, e se é de graduação, mestrado, doutorado ou de residência médica. Por esta razão, o número gerado não equivale à soma simples de alunos matriculados.

Quadro 2 – Aluno equivalente

$$\text{AE} = \text{AGE} + \text{APGTI} + \text{ARTI}$$

Fonte: UFRPE (2017). Onde: AE = Número de alunos equivalentes; AGE = Graduação; APGTI = Pós-Graduação; ARTI = Residência Médica. Fonte: NOGUEIRA e CARVALHO (2011)

O custo por aluno também interfere na Taxa de Sucesso da Graduação. As variáveis que mais influenciam o custo por aluno são os números de matrículas, de bens móveis, de docentes e de servidores técnico-administrativos. A mensuração de custo por aluno “fornece orientação quanto ao modo de a instituição se expandir sem se onerar, bem como a melhor forma de aproveitar sua estrutura física” (MAGALHÃES et al., 2010, p. 638). Portanto, é imprescindível conhecer o custo por aluno, nos cursos oferecidos por uma universidade, pois essa informação revela “o gasto de cada órgão da instituição em relação ao orçamento, bem como os cursos com possibilidade de expansão, sem acarretar gastos excessivos para a instituição” (MAGALHÃES et al., 2010, p. 641).

Para calcular o custo por aluno, é necessário fazer a relação entre o custo corrente da universidade com o número de alunos equivalente. No custo corrente são consideradas despesas com pessoal e corrente de toda a universidade, incluindo o Hospital Universitário, quando houver, de acordo com o Quadro 3.

Quadro 3 – Componente dos custos correntes das IFES

- | |
|---|
| (+) Despesas correntes do órgão Universidade, com todas as UGs, inclusive hospitais universitários, se houver (conta SIAFI nº 3.30.00.00) |
| (-) 65 % das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade |
| (-) Aposentadorias e Reformas do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.01) |
| (-) Pensões do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.03) |
| (-) Sentenças Judiciais do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.91) |
| (-) Despesas com pessoal cedido – docente do órgão Universidade |
| (-) Despesas com pessoal cedido - técnico-administrativo do órgão Universidade |
| (-) Despesa com afastamento País/Exterior – docente do órgão Universidade |
| (-) Despesa com afastamento País/Exterior - técnico-administrativo do órgão Universidade |

Fonte: Ministério da Educação apud Nogueira e Carvalho (2011)

No Brasil, o custo por aluno do ensino superior foi comparado aos custos de estudantes de outros níveis de ensino. E, não se pode esquecer que, em função de sua indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o ensino superior é mais oneroso que os outros níveis de ensino (MAGALHÃES et al., 2010).

Cada IFES possui uma realidade regional e local, o que faz com que essas instituições apresentem características diferentes. Além disso, apesar de desenvolverem as mesmas atividades, as universidades federais possuem estruturas organizacionais diferentes umas das outras (MAGALHÃES et al., 2010). De acordo com os autores, o montante dos custos das universidades federais brasileiras, a quantia mais significativa está concentrada em pessoal e encargos sociais. Estudos

mostram que, nas universidades, o custo com salários varia de 80% a 90%.

A definição sobre os componentes do custo de ensino e a maneira de determiná-los é relevante para a sociedade que deseja saber se os recursos aplicados nas universidades estão lhe trazendo algum benefício, assim como para a própria instituição, que deseja melhorar a eficiência na utilização dos seus recursos (MAGALHÃES et al., 2010, p. 643).

Assim como o ambiente externo traz a constante necessidade de evolução, a imagem da administração pública perante os cidadãos também é alvo de preocupação (GERZSON; MÜLLER, 2009). A transparência institucional nas universidades é reflexo do retorno dos investimentos e da divulgação de como estão sendo investidos (pesquisas, aulas de campo, projetos de extensão). De acordo com as autoras, a percepção não só do investimento, mas de visibilidade da pesquisa realizada pelos estudantes, docentes e técnicos e, por consequência, da instituição, é importante para a transparência pública.

Sob essa visão, as universidades federais tem sido alvo de críticas e questionamentos principalmente em relação aos problemas de gestão (VIEIRA; VIEIRA, 2004). Portanto, a presente análise pode evidenciar soluções para dar maior eficiência nos gastos da universidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As universidades federais tem sido alvo de críticas e questionamentos principalmente em relação aos problemas de gestão (VIEIRA; VIEIRA, 2004). A presente análise pode evidenciar soluções para dar maior eficiência nos gastos da universidade. Quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa verifica-se que é pautada em uma abordagem qualitativa-quantitativa.

O presente estudo é, ainda, uma pesquisa documental e bibliográfica. Sá-Silva et al. (2009) afirmam que o uso de documentos em pesquisas deve ser apreciado e valorizado, pois a riqueza de informações que pode ser extraída possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Ainda de acordo com Sá-Silva et al. (2009), a pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica e o que os diferencia é a natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica “remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias”, já na pesquisa documental, o alvo

são os materiais que “ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias” (SÁ-SILVA et al., 2009, p. 6).

De forma complementar, buscou-se referenciais bibliográficos consistentes para embasar o presente estudo. Para Lima e Mioto (2007), a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. Deste modo, a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, e permite a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.

De acordo com Vergara (2007, p. 48), a investigação documental é “a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, [...] e outros.”. Por isso, os relatórios de gestão e as propostas orçamentárias revelam a destinação e as estratégias da Universidade para alocação e otimização dos recursos.

A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisas nas bases de dados de Relatórios de Gestão, de acordo com o estabelecido em resoluções normativas, decisões e portarias do TCU, são elas: Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Decisões Normativas bem como Acórdãos de Aprovação das DNs. Além disso, para facilitar a escolha do indicador dentre os analisados pelo TCU, foi realizada uma entrevista não-estruturada com o gestor responsável na UFPR pelos relatórios de gestão. Britto Junior e Nazir (2011) destacam que as entrevistas não-estruturadas são recomendadas em estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador e oferecer uma visão aproximativa do problema pesquisado.

Com base nessa teoria, o presente trabalho pode ser definido como uma pesquisa exploratória, uma vez que envolve a pesquisa bibliográfica em conjunto com a entrevista e a análise documental para analisar dados do orçamento da UFPR. Este conjunto de procedimentos atende ao princípio de metodologia defendido por Michel (2009): o de estabelecer formas de como captar e entender a realidade.

A análise dos dados deu-se por meio de uma análise descritiva dos dados e indicadores estudados e de uma análise do conteúdo das entrevistas com os gestores responsáveis.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao analisar a gestão de uma organização é importante entender e conhecer o tamanho e a importância da instituição. Nesse contexto, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), fundada em 1912, é uma das mais antigas universidades brasileiras e tem como missão fomentar, construir e disseminar o conhecimento, com ações voltadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão, patamares indissociáveis, e que são amparadas em diretrizes definidas em suas instâncias superiores, propostas, em sua maioria, no âmbito das Pró-reitorias de Graduação e Educação Profissional (PROGRAD), de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), de Extensão e Cultura (PROEC) e de Assistência Estudantil (PRAE) e executadas no âmbito dos Setores de Ensino.

O caráter público da UFPR define sua responsabilidade social: a gratuidade do ensino superior, que possibilita às populações menos favorecidas o acesso a uma educação de qualidade. A Universidade possui compromisso com o atendimento das demandas da sociedade, estando atenta para as questões ligadas à vulnerabilidade social e econômica, em cumprimento à legislação vigente. Provê acesso às parcelas da sociedade que apresentam carência financeira, acesso para etnias específicas e atendimento diferenciado para portadores de deficiência. A contribuição da Universidade para essas questões é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Pró-reitoria de Planejamento e Finanças da UFPR (PROPLAN) elabora anualmente, em consonância com as instruções do Tribunal de Contas da União (TCU), os Relatórios de Gestão da Universidade. Nestes documentos estão especificados todos os investimentos, as receitas e despesas, com médias ponderadas destes gastos, de acordo com o número de alunos matriculados. Estes índices, também padronizados pelo TCU, apontam a efetividade e evolução dos custos da instituição.

Em entrevista com gestor da Unidade de Gerenciamento de Informações da Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN/UFPR), foi afirmado que a qualidade da pesquisa está sempre atrelada ao investimento. De acordo com o entrevistado, em anos em que o investimento reduziu ou aumentou, a qualidade do ensino teve o mesmo resultado. O gestor explica que a taxa pode diminuir em um ano de altos investimentos. Isso ocorre porque quando há mais investimentos, há mais alunos ingressantes. Porém, há menos concluintes, o que interfere no crescimento da taxa. Para este estudo, optou-se pela análise do orçamento com inclusão do hospital universitário, uma vez que faz parte da rotina de diversos cursos de graduação e pós-graduação, além da residência médica.

Tabela 1 – Resultados dos indicadores da UFPR determinados pelo TCU

Indicadores TCU	2013	2014	2015	2016
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	R\$ 19.541,52	R\$ 18.758,26	R\$ 18.940,14	R\$ 20.215,08
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	R\$ 16.790,26	R\$ 16.172,06	R\$ 16.359,33	R\$ 17.627,23
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	48,63%	62,15%	57,64%	58,27%

Fonte: UFPR (2013, 2014, 2015, 2016)

Quando se analisa o custo por aluno/ano, conforme Tabela 1, verifica-se que o valor caiu de 2013 para 2014. Porém, voltou a subir em 2016, atingindo um índice maior do que o ano inicial da análise. Mesmo assim, a TSG subiu quase 20% entre 2013 e 2016, com pequenas oscilações no período.

Esse custo seguiu a evolução quando se analisa em separado o orçamento de custeio da UFPR, que teve a mesma variação no período. Para este artigo, considerou-se o orçamento de custeio já acrescentado de valores diretamente arrecadados pela Universidade.

Tabela 2 – Orçamento de custeio da UFPR

Ano	Valores (R\$)
2013	234.161.187
2014	212.405.761
2015	224.687.645
2016	237.485.021

Fonte: UFPR (2013, 2014, 2015, 2016)

É interessante notar ainda que, com o aumento do número de alunos matriculados nos cursos de graduação, o custo também cresceu. O mesmo se aplica em relação ao número de alunos equivalentes, que subiu 18% entre 2013 e 2016, muito em função do aumento do número de cursos que ocorreu no período (21 novos cursos), conforme evolução demonstrada na tabela 3. Deste modo, pode-se inferir que há um maior investimento da universidade em seu corpo discente.

Tabela 3 – Números dos cursos de graduação ofertados pela UFPR

Ano	Quantidade
2013	114
2014	130
2015	134
2016	135

Fonte: UFPR (2013, 2014, 2015, 2016)

Outro número importante diz respeito ao número de alunos diplomados na graduação. Entre 2013 e 2014, houve um aumento de 27,65% no número de alunos concluintes. Isso quer dizer que, mesmo em períodos anteriores à análise deste estudo, já havia expansão das atividades da Universidade, propiciando este aumento. Em 2015 e 2016 houve pequenas variações. Porém, é provável que nos próximos anos haja um novo aumento deste número, consequência dos novos cursos ofertados a partir de 2014.

Tabela 4 – Número de alunos matriculados na UFPR por categoria

	Categoria	2013	2014	2015	2016
A	Matriculados - Graduação (AG) + Pós-Graduação - stricto sensu (APG) + Residência Médica (ARM)	31.399	32.281	35.803	35.252
AG	Matriculados Graduação	26.942	26.431	29.780	28.899
APG	Matriculados em Programas de Pós-Graduação stricto sensu	4.137	5.493	5.673	5.983
ARM	Matriculados Residência Médica	320	357	350	370
AGTI	Alunos de Graduação em Tempo Integral	16.812,30	18.134,68	19.778,38	18.667,05
AGE	Alunos Equivalentes de Graduação	32.930,85	35.059,68	38.312,04	36.666,87
APGTI	Alunos de Pós-Graduação em Tempo Integral	8.068	10.986	11.346	11.966

ARTI	Alunos de Residência Médica em Tempo Integral	640	714	700	740
AE	Total Aluno Equivalente	41.638,85	46.759,68	50.358,04	49.372,87
ATI	Total Aluno em Tempo Integral	25.520,30	29.834,68	31.824,38	31.373,05
NDI	Número de alunos diplomados na Graduação	2.521	3.218	3.209	3.039
-	Nº de ingressantes relativos aos que se graduam no exercício	5.184	5.178	5.567	5.215

Fonte: UFPR (2013, 2014, 2015, 2016)

Os números demonstram que a expansão da Universidade ainda não sofreu grande impacto no orçamento, que seguiu uma evolução constante de acordo com o número de ingressantes. Houve eficiência na relação custo por aluno / taxa de sucesso na graduação. Porém, com os cortes de orçamento realizados em 2017 e a perspectiva de saída dos novos ingressantes dos cursos iniciados em 2013 e 2014, espera-se que a Universidade tenha dificuldades encerrar o ano com o orçamento positivo. Pelos números apresentados, o crescimento dos cursos de graduação foi de 18%, o orçamento cresceu apenas 1,8%. Mesmo que não haja expansões futuras, o orçamento está em tendência de queda, conforme relatado no parecer de aprovação do orçamento para 2017: “com o contingenciamento de R\$ 15.115.812,00 em custeio e R\$ 6.656.063,00 em capital, este montante vai para R\$ 131.149.318,00, que representa uma redução de R\$ 32.708.852,00 ou 19,96% em relação aos R\$ 163.858.170,00 recebidos em 2016 para custeio da instituição” (UFPR, 2017, p. 1).

Ainda assim, a Universidade Federal do Paraná é destaque no Ranking Universitário Folha (RUF), elaborado pelo Jornal Folha de S. Paulo (2017). Conforme a Tabela 5, a UFPR é a quarta colocada dentro do universo das IFES neste ranking, que analisa aspectos apontados nos relatórios de gestão de cada instituição.

Em 2017, por exemplo, o orçamento da UFPR foi de R\$ 1.424.514.409,00. Porém, excluindo a folha de pagamento e seus benefícios, restam R\$ 173.164.474,00, o que equivale a cerca de 12% do montante total.

Tabela 5 – Colocação das 10 primeiras IFES no RUF

Colocação	Nome da Universidade	Nota
1º	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	97,46
2º	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	96,54
3º	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	95,72
4º	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	92,37
5º	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	92,13
6º	Universidade de Brasília (UNB)	90,93
7º	Universidade Federal do Ceará (UFC)	90,50
8º	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	90,39
9º	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	90,07
10º	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	87,16

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo (2017)

De acordo com informações da PROPLAN, unidade que elabora os relatórios de gestão, o orçamento da Universidade sofreu um contingenciamento nos últimos quatro anos, enquanto a Universidade se expandiu, passando de 115 cursos de graduação em 2013 para 135 em 2016, o que demanda realocações e ajustes no orçamento para que se atenda a comunidade universitária com eficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar o levantamento dos dados disponibilizados nos relatórios de gestão de grande parte da IFES brasileiras. A transparência é condição fundamental para a eficiência dos gastos públicos. Ainda que os dados estejam dispersos em um

documento extenso, é possível ver o esforço em traduzir numa linguagem acessível fórmulas e siglas que nem sempre se prestam a fornecer a transparência necessária para que o contribuinte possa verificar como está sendo aplicado o dinheiro, que lhe é retirado diariamente pelos diversos tributos existentes no Brasil.

Em relação aos dados apresentados nos relatórios da UFPR, é possível que, momentaneamente, o orçamento da Universidade atende com eficiência aos estudantes matriculados. Porém, este cenário pode mudar, pois o número de concluintes/egressos dos próximos anos crescerão em percentuais maiores que a evolução do orçamento, se seguirem os números analisados.

Os custos com folha de pagamento apontados são apenas um dos obstáculos para uma maior autonomia financeira das universidades, que passa também pela administração de contratos com pessoal terceirizado, fornecimento de materiais e serviços, obras, entre outros.

Desta forma, conclui-se que a Universidade vive um dilema: como atender com qualidade uma comunidade acadêmica – que teve ingresso de 500 novos estudantes de graduação entre 2013 e 2016 (aumento de 18%) – sem onerar o orçamento que cresceu apenas 1,8% neste período.

Com os dados apresentados e com as informações coletados na entrevista considera-se que há eficiência no consumo dos recursos. Porém, trabalhos futuros poderão analisar o contexto nacional da eficiência destes custos da UFPR, comparando-a com outras instituições congêneres e avaliar em conjunto os orçamentos de custeio e investimento. Deste modo, a instituição precisará criar soluções para dar maior eficiência nos gastos da Universidade em tempos de recessão econômica, como revisão de contratos que sejam muito onerosos à administração. O presente estudo também pode ser uma ferramenta de planejamento para os gestores, uma vez que, com o mapeamento dos custos por aluno pode-se empreender esforços a fim de que a qualidade do ensino não seja prejudicada por cortes orçamentários.

REFERÊNCIAS

- BRITTO JUNIOR, Á. F. de; NAZIR, F. J. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência*, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/200>>. Acesso em: 31 jul. 2017.
- JORNAL FOLHA DE S. PAULO. Ranking universitário folha 2016. São Paulo: 2017. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2016/ranking-de-Universidades/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.
- LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis/SC, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- MAGALHÃES, E. A. de; SILVEIRA, S. de F. R.; ABRANTES, M. A. M. F.; WAKIM, V. R. Custo do ensino de graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 44, p. 637-666, jun. 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rap/v44n3/05.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- MICHEL, M. H. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 204 p.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Cálculo do aluno equivalente para fins de análise de custos de manutenção das IFES. Brasília: 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2721-calculo-aluno-equivalente-orcamento&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- NEVES, C. E. B. Ensino superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. In: XXX International Congress of the Latin American Studies Association. São Francisco/CA. 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/geu/Artigos%202012/Clarissa%20Baeta%20Neves.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- NOGUEIRA, M. A. F. de S.; CARVALHO, C. da S. Custo médio dos alunos equivalentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil no período de 2007 a 2010. In: XVIII Congresso Brasileiro de Custos. 2011. Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: CBC, 2011. p. 1-16. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/495>>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- PALVARINI, B. Guia referencial de mensuração do desempenho na administração pública. 2014. Disponível em: <www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/file/material_%20consad/paineis_iii_congresso_consad/painel_12/guia_referencial_de_mensuracao_do_desempenho_na_administracao_publica.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- PIRES, J. S. D. B.; ROSA, P.M. da; SILVA, A. T. da. Um modelo de alocação de recursos orçamentários baseado em desempenho acadêmico para Universidades públicas. *Advances in Scientific and Applied Accounting*. São Paulo. v. 3, n. 2, p. 239-270, 2010. Disponível em: <asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/1>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- SANTOS, A. R.; BARBOSA, F. L. S.; MARTINS. D. F. V.; MOURA, H. J. de. Orçamento, Indicadores e Gestão de Desempenho das Universidades Federais Brasileiras. *Administração Pública e Gestão Social*, [S.I.], p. 276-285, out. 2017. ISSN 2175-5787. Disponível em: <[doi:https://doi.org/10.21118/apgs.v1i4.1295](https://doi.org/10.21118/apgs.v1i4.1295)>. Acesso em: 09 nov. 2017.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. São Leopoldo/RS. v. 1, n. 1, p. 1-15. jul., 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/artigo.pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SCHWARTZMAN, J. O financiamento do Ensino Superior no Brasil. In: Steiner, J. E. Malnic, G. (org.). Ensino Superior: conceito & dinâmica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 243-284.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Relatório de Gestão do Exercício 2013. Curitiba: 2013. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/portal/rel_gestao/relatorio_gestao_ufpr_2013.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Relatório de Gestão do Exercício 2014. Curitiba: 2014. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/portal/rel_gestao/relatorio_gestao_ufpr_2014.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Relatório de Gestão do Exercício 2015. Curitiba: 2015. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/portal/rel_gestao/relatorio_gestao_ufpr_2015.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Relatório de Gestão do Exercício 2016. Curitiba: 2016. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/portal/rel_gestao/relatorio_gestao_ufpr_2016.pdf>. Acesso em 13 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Parecer do Relator do Orçamento 2017. Curitiba: 2017. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/portal/orcamento/orc_2017_parecer.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE). Taxa de Sucesso na Graduação (TSG). Recife: 2017. Disponível em: <<http://www.proplan.ufrpe.br/content/taxa-de-sucesso-na-graduacao-tsg>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, E. F.; VIEIRA, M. M. F. Funcionalidade burocrática nas universidades federais: Conflito em Tempos de Mudança. Revista de Administração Contemporânea, v. 8, n. 2, p. 181-200, abr./jun. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552004000200010>>. Acesso em: 15 dez. 2017.